manchete

Público

01-09-2013

Periodicidade: Diário
Classe: Informacão Geral
Âmbito: Nacional
Tiragem: 51453
Temática: Política
Dimensão: 1101
Imagem: S/Cor
Página (s): 2/3

EDITORIAL

Hora para ajustar o ajustamento?

Após o regresso de férias vale a pena discutir se faz sentido estimular os sinais positivos da economia

O período de tréguas políticas que normalmente caracteriza o Verão acabou por estes dias. No curto espaço de uma semana os portugueses voltaram a ser confrontados com as polémicas em torno dos cortes na função pública e o fantasma de um segundo resgate no próximo ano voltou a agitar-se. Como tem acontecido com os dramáticos incêndios florestais, os custos de um ajustamento que permanece longe de ser atingido regressaram ao quotidiano com a força da fatalidade. Só a impossibilidade lógica de um novo aumento de impostos parece afastado do horizonte por evidente ausência de condições políticas para ser aplicado. Tudo o resto permanece em aberto. Paulo Portas lembrou ontem que "há evidência que o ciclo começou a mudar", mas nenhuma "evidência" parece ser suficiente para que a necessidade de um ajustamento do ajustamento regresse ao discurso político. Entre as críticas ferozes do PS contra o que considera ser a destruição do Estado social, a promessa do Bloco de uma proposta de lei para aumentar o salário mínimo e as denúncias do PCP contra o que diz ser uma vaga de tentativas de violação da Constituição por parte do Governo faz talvez falta mais uma semana de silêncio para se tentar responder à pergunta: será que, depois dos resultados obtidos no segundo semestre ao nível do crescimento do PIB e das exportações e do recuo da taxa de desemprego, não está na hora de deixar o país respirar um pouco? De adiar para 2015 o prazo e as metas do actual programa, nem que para isso fosse necessária uma nova tranche de ajuda financeira por parte da *troika* no próximo ano? Acreditar que os sinais da conjuntura são definitivos é claramente uma prova de ingenuidade que nenhum indicador consistente tolera, mas há na sua feição actual a possibilidade de nos mostrarem que, contra todas as adversidades, os trabalhadores e as empresas foram capazes de, ao menos, sacudir a crise. Face a esse desempenho, e mesmo garantindo que muito mais terá de ser feito no futuro para tornar as finanças públicas sustentáveis, não estaria na hora de se pedir um pouco mais de tempo para instilar um pouco de confiança na economia, para evitar uma nova aniquilação da vontade de investir por força do alarme de mais cortes salariais ou do agravamento de impostos? Olhando para o pano de fundo, o país já foi sujeito a sacrifícios terríveis para reduzir os gastos do Estado e para equilibrar a sua balança externa. Depois de tudo isso, depois dos primeiros, ainda que ténues, sintomas de melhoria, as opções que cabem ao Governo (e à Oposição) são simples: ou cuida de acentuar esses sinais positivos ou regressa à terapia de choque que custou mil dias de recessão. Entre um ligeiro sinal de que a economia pode melhorar e a certeza de que mantendo tudo como está a economia vai piorar de certeza a escolha não é difícil. Mais do que nunca o país precisa de um pouco de fôlego. Por breve que seja.

Nuno Crato
O moderador

Educação dedicou-se a torpedear uma proibição das Finanças

Os reitores das universidades entraram esta semana em alvoroço. Uma norma das Finanças proibia-os de aumentarem as receitas próprias para 2014. Apertadas pelos cortes do Estado, as universidades e politécnicos ficavam assim impedidas de procurar no mundo um antídoto contra a penúria. Mas eis que após uma reação violenta dos reitores o Governo dá a volta à situação de uma forma bem portuguesa: as restrições mantinham-se mas podiam ser ignoradas sempre que houvesse fundamento. Como seria de esperar, fundamento foi coisa que não faltou e a regra foi simplesmente ignorada.

José Manuel Silva
O corporativista

Ordem dos Médicos lança dura ofensiva contra enfermeiros

Os enfermeiros dedicam-se há mais de uma década a fazer a triagem de doentes nas urgências dos hospitais. O seu papel é avaliar o grau de prioridade com que os doentes devem ser atendidos. Ora esta avaliação foi duramente questionada pelo bastonário da Ordem dos Médicos. Que além de dizer que os médicos são mais competentes para este serviço deu conta de erros de avaliação que terão até provocado a morte de uma pessoa. Bem se sabe que de medicina sabem os médicos. E que num mundo perfeito eles reinariam em absoluto nos hospitais. Mas para chegar aqui era necessário apontar assim o dedo aos enfermeiros?

manchete

Público

01-09-2013

Periodicidade: Diário
Classe: Informacão Geral
Âmbito: Nacional
Tiragem: 51453
Temática: Política
Dimensão: 1101
Imagem: S/Cor
Página (s): 2/3

"Seria muito triste se os Estados Unidos iniciassem acções militares unilaterais contra a Síria"

Vladimir Putin
Presidente russo

"O segundo resgate que o primeiro-ministro fala nada tem a ver com o Estado social"

António José Seguro
Líder do PS

"Já cumprimos o que estava previsto (...), não é necessário ir mais além"

Pedro Mota Soares
Ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social

Quem os viu e quem os vê David Cameron

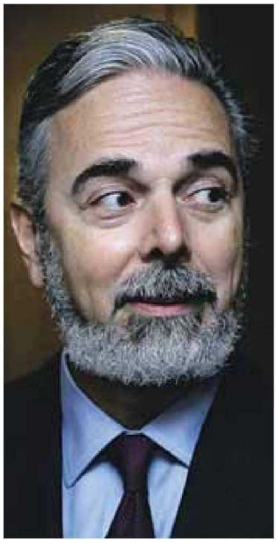
IAN HODGSON/REUTERS

O fantasma do Iraque e das imaginárias armas de destruição maciça pairou sobre a derrota do primeiro-ministro britânico esta semana no Parlamento. Mas a imposição dos deputados trabalhistas e de boa parte da bancada conservadora e liberal-democrata de um tempo de espera que permita saber o que aconteceu na Síria antes de se lançar um ataque pode significar mais do que uma simples divergência política. Pode também querer dizer que a autoridade de Cameron sobre o seu partido e sobre a coligação que sustenta o Governo está num processo de degradação acelerada. Quando há deputados conservadores a recusar apoio ao seu líder numa acção contra um ditador sanguinário, é caso para suspeitar que em causa está apenas um debate de ideias. A corrida para a era pós-Cameron pode ter já começado.

Joaquim S. Ribeiro
O pedagogo

Presidente do TC desdobra-se em explicações. O que é bom. Ou não?

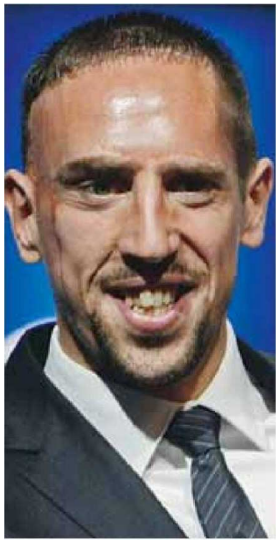
No final da leitura da síntese do acórdão no qual o Tribunal Constitucional voltou a chumbar uma lei do Governo, o seu presidente prestou-se a informar o país sobre o que se vai passando no Palácio Ratton. As suas explicações sobre a substância do acórdão merecem aplauso. As suas longas palavras sobre o regime de férias dos juízes podem parecer propaganda, mas são admissíveis à luz dos ataques que vários sectores fizeram ao tribunal. Mas para que tudo ficasse esclarecido teria sido bom que Joaquim Sousa Ribeiro respondesse também às críticas que acusam os juízes do TC de terem o privilégio da reforma ao fim de 10 anos.



António Patriota
O inocente culpado

Ministro brasileiro demitiu-se após episódio rocambolesco em La Paz

O Itamarati, palácio que alberga o ministério das Relações Exteriores do Brasil, é geralmente visto como um exemplo de competência a seguir pelos congéneres da América Latina. Mas como até no melhor pano cai a nódoa, esta semana a aura do palácio desfez-se com o impacte de um episódio digno de um filme da série B. Numa noite de tempestade, um funcionário da embaixada na Bolívia fugiu à vigilância das autoridades e levou para o Brasil Roger Pinto, um político que se encontrava refugiado na embaixada há 452 dias. Patriota não teve alternativa. Entre um incidente diplomático e a demissão só lhe restava um caminho.



Franck Ribéry
O fenómeno

Médio francês do Bayern foi eleito o futebolista do ano da UEFA

Nem Ronaldo nem Messi. Este ano o futebol europeu escolheu uma terceira via para celebrar a excelência do futebol. Um painel de 53 jornalistas preferiu remeter para um segundo plano o extremo português ou o avançado argentino e preferiu valorizar o contributo que o francês teve na magnífica carreira do Bayern de Munique na época passada. Um contributo que, mesmo não tendo os momentos de génio dos seus rivais, teve a marca da regularidade e o efeito de ajudar o seu clube a conquistar a Liga dos Campeões e, esta sexta, a Supertaça europeia. Acabada a era do duopólio Messi/Ronaldo, resta saber se Ribéry não será também o homem do ano para a FIFA.